



Jonathan D. Hill, President

*Department of Anthropology
Southern Illinois University
Carbondale, IL 62901 USA
Salsa-tipiti.org*

Carbondale, Illinois, EUA, 29 de junho de 2015

Sua Excelência
Presidente Dilma Rousseff
Presidente da República Federativa do Brasil
Gabinete do Presidente
Palácio do Planalto
Praça dos Três Poderes
70150-900 Brasília - DF
Brasil

A Sociedade para a Antropologia das Terras Baixas da América do Sul (SALSA) é uma associação profissional internacional de antropólogos especializados nas regiões das terras baixas da América do Sul. Os principais objetivos da SALSA, baseados em princípios éticos, são as investigações sobre os povos e ambientes das terras baixas da América do Sul, bem como a promoção da formação de estudantes e do público em geral sobre as questões que estudamos. Para a nossa organização, a vulnerabilidade e o bem-estar dos povos das terras baixas da América do Sul é uma preocupação central. Como antropólogos e especialistas nessa região, insistimos na precisão da investigação científica, integridade de interpretação, e nos posicionamos contra o uso indevido de estudos acadêmicos. Apoiamos os esforços dos líderes indígenas, organizações e outros estudiosos que colocam seus holofotes sobre as realidades das pessoas que vivem nas terras baixas da América do Sul e em outros lugares, em suas lutas para garantir os direitos e recursos de que precisam para sobreviver e prosperar como cidadãos indígenas do século 21.

É com uma grande preocupação que a SALSA tomou conhecimento que os governos peruano, brasileiro, chinês assinaram acordos para a construção de uma rede ferroviária transcontinental ligando a costa do Pacífico do Peru com a costa Atlântica do Brasil. Os trajetos da estrada de ferro proposta de Bayóvar em Piura ou então Ica, no Peru até o Porto do Açu ou então Santos no Brasil, cortam a Amazônia ocidental na região de fronteira entre o Peru e o Brasil, uma das maiores áreas de floresta tropical contínua do mundo com floresta primária relativamente intacta, e com um dos mais altos índices de biodiversidade do planeta. Esta área concentra o maior

número de povos indígenas do mundo, com pouco ou nenhum contato com pessoas das sociedades nacionais. Para a maioria dessas populações indígenas, o isolamento é um estilo de vida que eles escolheram, em resposta às suas experiências históricas fatais com a sociedade moderna. Além disso, o percurso vai passar pelas terras de vários povos indígenas sedentários já demarcadas e tituladas, como os Shipibo-Conibo, Ashéninka, Nukini, Puyanawa, e Yaminawa, entre outros. O Uruaçu (GO) -Vilhena (RO) segmento da EF 354 no Brasil irá impactar diretamente o A'uwẽ -Xavante, Iranxe, Nambiquara, Mammaindê, Negarote, Umutina e Pareci, bem como grupos localizado na parte sul do Xingu Parque Nacional, incluindo os Kĩsêdjê, Yualapiti e Wauja.

A ferrovia proposta, cortando este ambiente único, e com ela a construção de muitas estradas de apoio e a manutenção de inúmeros canteiros de obras facilitarão a pressão da colonização e do fluxo de madeiras ilegais e outros interesses extrativistas, incluindo traficantes. As consequências serão graves para os grupos indígenas isolados, para outros moradores indígenas da área, e para a biodiversidade existente da zona fronteira Ucayali-Acre e do cerrado no Brasil Central.

Exortamos o governo brasileiro a defender os direitos de seus povos indígenas garantidos pela Constituição de 1988 e respeitar as convenções internacionais que garantem os direitos dos povos indígenas aos quais é signatário. Estes incluem a Convenção 169 da OIT (ratificada pelo Brasil em 2002), a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP), e o direito Consulta Livre, Prévia e Informada (FPIC). Nós especificamente solicitamos esclarecimento sobre as seguintes questões relativas às responsabilidades éticas e legais do Governo do Brasil.

- 1) Como o governo brasileiro assegurará aos povos indígenas e as organizações indígenas das áreas afetadas a consulta e envolvimento dos mesmos no processo de tomada de decisão sobre o trajeto, bem como desenvolverá as salvaguardas e os necessários sistemas de monitoramento para os planos para a sua implementação?
- 2) Como o governo brasileiro levará em conta os estudos de impacto social e ambiental que avaliam os efeitos de diferentes trajetos?
- 3) Como exatamente o governo brasileiro honra e defende os direitos a Consulta Livre, Prévia e Informada (FPIC)?

Territórios indígenas protegidos e reservas naturais são de grande importância na luta contra a mudança climática e emissões de carbono globais. Qualquer grande projeto que colide com tais territórios e reservas deve considerar esses impactos.

Obrigado pelo seu tempo e atenção a este assunto.

Respeitosamente,



Jonathan D. Hill
President, Society for the Anthropology of Lowland South America

C.C.

Viceministra de Interculturalidad: Patricia Jacquelyn Balbuena Palacios
(pbalbuena@cultura.gob.pe)

INDEPA: Jefe de INDEPA: Javier Galdos Carvajal (jgaldos@cultura.gob.pe)

Defensoría del Pueblo: Defensor del Pueblo Eduardo Vega Luna (defensor@defensoria.gob.pe)

Defensoría del Pueblo: Jefe del Programa de Pueblos Indígenas: Iván Kriss Lanegra Quispe
(ilanegra@defensoria.gob.pe)

SERNANP/Ministerio del Ambiente: Jefe de SERNANP: Pedro Gamboa Moquillaza
(pgamboa@sernanp.gob.pe)

FENAMAD: Presidente Klaus Quicque (fenamad@fenamad.org.pe)

FUNAI: Coordenador Geral de Índios Isolados: Carlos Lisboa Travassos
(Carlos.travassos@funai.gov.br)

Assessor para Assuntos Indígena, Estado do Acre: José Carlos Meirelles (couire@gmail.com)

Associação Brasileira de Antropologia (ABA): Presidente: Antonio Carlos de Souza Lima
(aba@abant.org.br)